



MORTE
E FICÇÃO
DO REI DOM
SEBASTIÃO
∞
ANDRÉ BELO

LISBOA
TINTA-DA-CHINA
MMXXI

ÍNDICE

Prólogo ao Encoberto	9
Siglas e critérios de citação	12
PARTE I. MORTE	
1. Um túmulo para D. Sebastião	15
2. O que é que eles (e elas) sabiam?	43
Entremeio	71
PARTE II. FICÇÃO	
3. Em Veneza: origem da impostura	77
4. Os «portugueses de Veneza»	105
5. Os textos de um «charlatão»	141
6. Em Veneza: a fábrica de boatos	159
7. Em Lisboa: a fábrica de boatos (2)	173
8. Em Veneza: saída da prisão e «reconhecimento»	185
9. Nas prisões do grão-duque da Toscana	203
10. Nas prisões do vice-rei de Nápoles	225
11. Nas galés, em Puerto de Santa María	243
12. Os processos de Sanlúcar	265
Epílogo	295
Notas	299
Anexos	323
Fontes	331
Bibliografia citada	335
Agradecimentos	341

© 2021, André Belo
e Edições tinta-da-china, Lda.
Palacete da Quinta dos Ulmeiros
Alameda das Linhas de Torres, 152 – E.10
1750-149 Lisboa – Portugal
Téls: 21 726 90 28/29/30
E-mail: info@tintadachina.pt
www.tintadachina.pt

Título: *Morte e Ficção do Rei Dom Sebastião*
Autor: André Belo
Revisão: Tinta-da-china
Composição: Tinta-da-china
Capa: Tinta-da-china (V. Tavares)

1.ª edição: setembro de 2021

ISBN: 978-989-671-625-7
Depósito Legal n.º 487285/21

À memória dos que partiram
mãe Silvéria, pai Fernando
António Manuel Hespanha

E à vida dos que estão comigo
Valeria
Caterina e Irene
Clara, Teresa, Zé Maria
e as amigas e os amigos
daqui e dali

PRÓLOGO AO ENCOBERTO

(LEITOR)

Andam os prólogos há séculos a dizer aos leitores como hão de ler os livros e este não há de ser diferente. E andam os leitores há séculos a ignorar o que os prólogos lhes prescrevem, como caçadores furtivos que são (a imagem é de Michel de Certeau). Vão respigando livremente aqui e ali, e levam o texto e o sentido para onde mais lhes interessa. Esse facto, só por si, já seria suficiente para tu, furtivo leitor ou leitora ou que nem te reconheces já nestas categorias binárias, saltares o prólogo e andares para a frente. Mas antes de o fazeres, convido-te a levares até ao fim esta função do prólogo, que prometo breve.

O livro que tens entre as mãos é composto de duas partes: a primeira chama-se Morte, a segunda, Ficção. Na primeira retomo o caminho batido, mas sempre surpreendente, da morte de D. Sebastião. Para não estragar a surpresa, aqui no prólogo só te falo da segunda. Nela lerás a história do falso rei D. Sebastião que apareceu em Veneza em 1598 — também conhecido como «o calabrês». Mas, leitor escondido, não te deixes enganar pelo sentido da palavra «ficção» tal como a uso, no título e na segunda parte do livro. A palavra é para ser entendida no seu sentido antigo de fingimento, de dissimulação (do latim *fictio*). A ficção sobre a qual vais ler não é pois de literatura, mas de impostura. Não tens em tuas mãos um romance histórico, e se a tua ideia era essa ao comprares este livro, corre a trocá-lo por outro. Se, pensando melhor, não o fizeres, talvez não te arrependas, pois verás com os teus próprios olhos que o livro foi escrito com a ideia de que a história da ficção é, neste caso, bem melhor do que a ficção da história. Descobrirás por exemplo que o impostor era também escritor e que assim, de certa forma, compraste dois livros pelo preço de um.

Mas, como já vês pelo tom de *pastiche* deste prólogo, não oponho a gravidade da história à leveza da literatura. Acredito que a dimensão narrativa da história é inescapável — há um relato escondido nas mais áridas tabelas com séries de preços — e que as fronteiras entre história e literatura existem mas estão em movimento perpétuo. Mais ainda nos casos de impostura de reis. Como notou Paule Petitier, uma professora de literatura francesa que se interessou pelo escritor Prosper Mérimée, que por sua vez escreveu sobre histórias de falsos czares, tais casos parecem suscitar uma hesitação sobre o género de narrativa a adotar. O aspeto trágico-cómico das intrigas de plebeus que se tentam fazer passar por reis aparece de imediato a quem pega na pena para escrever sobre elas — começando pelos que foram delas contemporâneos. Daí o engodo com que a literatura europeia (teatro do século XVII, ópera romântica do XIX, romance do XX) pegou nas histórias dos falsos D. Sebastião. A matéria contrafactual (a ficção) estava ali à mão de semear.

Digo falsos D. Sebastião porque houve vários, como saberás — ou não, porque, na tua qualidade de leitora dissimulada, ou leitor, és livre de ignorar estas coisas. Neste livro também não te falarei de todos esses casos, apenas de um, porque foi aquele que se revelou de maior impacto. Como verás escrito pouco adiante, o episódio do calabrês que dizia ser D. Sebastião esteve na origem da tradição letrada sebastianista que tanta importância acabou por ter na cultura portuguesa. Aproveito, antes que te vás, fingido leitor ou leitora, para te esclarecer que uso aqui a palavra «sebastianista» apesar de ela não ser ainda utilizada na época em que este caso ocorreu. As suas primeiras ocorrências, segundo José Pedro Machado, datam de meados do século XVII (a mais antiga será da *Arte de Furtar*, redigida em torno de 1652). A palavra nasceu com conotação negativa, criada pelos seus adversários, e dela nunca se livrou inteiramente. Se o propósito deste livro não é propriamente ser antisbastianista, também não te prometo ser agnóstico na matéria. Não encontrarás nele ambiguidade sobre o facto de o episódio nascido em Veneza e terminado em Sanlúcar de Barrameda ter sido uma impostura — palavra que também não é usada nas fontes que estudei, e que também não é neutra. Mas tentei respeitar o ponto de vista de quem acreditou no falso rei, desde logo usando aspas, quando tal me pareceu apropriado, na palavra «rei» ou em «Dom Sebastião».

E, por falar em «Dom», também aí te devo uma explicação. Excetuando o caso dos reis e de príncipes que, em arraigada tradição nacional, continuam a ser tratados assim, tirei este título a todas as personagens que nas fontes o ostentam, como é o caso, entre outros, de João de Castro, o conhecido «São Paulo da religião sebastianista». Fi-lo não por desconsideração pela figura histórica, mas porque, como verás se tiveres paciência para lá chegar, usar o «Dom» fazia parte da sua construção de um estatuto de nobre que, por outra via, a da legitimidade da filiação, era precário. Enfim, não faz sentido tratar João de Castro por «Dom» e recusar o título a Cristóvão de Moura, por exemplo, que chegou a marquês. Assim sendo, simplifiquei, e fico à espera — sentado — do dia em que este movimento abolicionista que acabo de lançar triunfe e chegue, republicano, também aos reis.

Deixo-me de impertinências e chego enfim ao que te queria dizer desde o princípio, e que tu já imaginavas: o verdadeiro Encoberto és tu, cara leitora, caro leitor. Tu, que me lês sem eu saber quem és, nem como me lês, nem onde, nem quando, nem porquê, tu és que és (para mim) a *aventura admirável, o sempre bem-vindo* — mesmo que não aparecido. Por isso, fala, diz, zomba, folga. E vive feliz.

SIGLAS E CRITÉRIOS DE CITAÇÃO

SIGLAS

AAV Archivio Apostolico Vaticano

ADMS Archivo de los Duques de Medina Sidonia

AGS Archivo General de Simancas

AHN Archivo Histórico Nacional, Madrid

ANTT Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa

ASF Archivio di Stato di Firenze

ASV Archivio di Stato di Venezia

BNE Biblioteca Nacional de España

BNF Bibliothèque Nationale de France

BNP Biblioteca Nacional de Portugal

CRITÉRIOS DE CITAÇÃO

Nas fontes em português, atualizei a ortografia e a pontuação.

Todas as traduções, salvo indicação em contrário, são da minha responsabilidade. Para não sobrecarregar ainda mais o texto de notas, retirei algumas referências a fontes quando uma nota precedente permitia localizá-la facilmente. Quando não há referência à paginação ou foliação das fontes citadas, é porque ela não existe no original.

PARTE I

MORTE

Não ficamos à espera, não sustemos a respiração

À espera que o D. Sebastião nos traga a redenção

O povo não desespera, a gente sabe que ainda há solução

Porque o Fizz Limão, ai o Fizz Limão há de voltar

Num dia de sol o Fizz Limão há de voltar

«Fizz Limão», de Miguel Araújo, 2012

Este texto nasceu de uma daquelas surpresas que, em lugar de se dissiparem, se vão avolumando e desdobrando, abrindo para outras, como bonequinhas russas.

E a surpresa é a seguinte: quando começamos a ler com alguma atenção os diferentes relatos da batalha de Alcácer Quibir que foram produzidos por homens que nela participaram, verificamos que os testemunhos que atestam a morte do rei D. Sebastião no campo de batalha são vários e bastante credíveis à luz de critérios elementares da crítica histórica¹. A partir desses testemunhos, é possível fazer a seguinte síntese factual: o cadáver do rei D. Sebastião foi formalmente identificado no dia 5 de agosto de 1578, dia seguinte ao da batalha, primeiro por um moço da câmara do rei, Sebastião Resende, e depois por fidalgos portugueses cativos, como Duarte de Meneses, capitão de Tânger, ou Duarte de Castelo Branco, meirinho-mor, e outros senhores principais, nomeados em vários relatos concordantes. Entre as testemunhas encontrava-se igualmente um alto magistrado da coroa, o corregedor da corte Belchior do Amaral, que alguns dias depois da identificação do cadáver foi escolhido pelos seus pares para ir enterrar o rei a Alcácer Quibir. Depois de dar sepultura ao rei, o corregedor Amaral foi até Tânger e daí enviou uma carta para os governadores que D. Sebastião deixara nomeados em Lisboa, certificando a morte do rei, relatando os detalhes da identificação do seu corpo por ele e demais fidalgos, assim como a forma como o rei fora sepultado, com assistência do próprio juiz, nas casas do alcaide, Ibrahim Sofiane. Tratava-se de uma carta com valor oficial, escrita por um juiz, a qual, segundo a *Miscelânea* de Miguel Leitão de Andrada, incluía uma certidão («instrumento

público») assinada pelos vários fidalgos testemunhas. Ela chegou a Lisboa no dia 24 de agosto numa pequena frota capitaneada por Francisco de Sousa. Só depois disto acontecer é que se puderam lançar as cerimónias oficiais de luto pela morte do rei — a tradicional quebra dos escudos — e a sucessão da coroa na pessoa do cardeal D. Henrique. O relato oficial da morte de D. Sebastião, ou testemunhos da sua existência, circulou imediatamente e foi integrado em relatos mais longos, crónicas manuscritas ou impressas, em diferentes línguas, em Portugal e nas várias cortes e regiões da Europa. Nenhum dos fidalgos que reconheceram o corpo do rei no dia seguinte ao da batalha desmentiu, mais tarde, esse reconhecimento. Segundo o referido Leitão de Andrada, participante na batalha, existiu mesmo um segundo juramento, feito pelos mesmos fidalgos, no convento do Carmo em Lisboa². Ao nível oficial, este testemunho foi registado sem ser posto em dúvida e não foi quebrado posteriormente.

Depois da primeira inumação em Alcácer Quibir, os restos mortais de D. Sebastião foram trasladados três vezes: uma primeira vez, de Alcácer Quibir para o mosteiro dos padres trinitários em Ceuta (10 de dezembro de 1578); uma segunda, para o mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa (dezembro de 1582); e uma terceira, ao mudar de sepultura no interior deste templo, cerca de um século mais tarde³. Onde jazem até hoje. Em todas estas trasladações se fizeram pregações fúnebres e/ou se cumpriram operações de verificação da presença dos restos mortais.

Apesar de boa parte desta informação estar impressa há séculos, em relatos bem conhecidos, eles não chegaram até à «memória coletiva» portuguesa dos dias de hoje ou, pelo menos — sendo esse coletivo uma abstração —, até à grande maioria das memórias individuais que pude ir sondando sobre a questão. De facto, quando comecei a perguntar à minha volta, sem demasiadas preocupações de cientificidade e a pessoas com razoáveis conhecimentos históricos, o que sabiam ou imaginavam que tinha acontecido a D. Sebastião na sequência da batalha, fui obtendo, quase invariavelmente, uma resposta com aura de incerteza ou mistério. Desaparecimento, fuga ou prisão, foram algumas das respostas que recebi. Quanto ao corpo, ele nunca teria sido encontrado. E, para demonstrar que não existe uma separação estanque entre não especialistas e historiadores, encontrei indícios da mesma

«amnésia» entre estes últimos. Apesar de, até aos dias de hoje, existirem diferentes estudos que documentam detalhadamente a morte de D. Sebastião no campo de batalha, assim como as várias cerimónias fúnebres que foram feitas — a começar pelos trabalhos já antigos, mas de referência, de Queirós Veloso⁴ —, encontra-se um número significativo de estudos e de obras de síntese recentes que ignoram ou não dão suficiente crédito a tais testemunhos. Em 2013, num seminário de história realizado em Lisboa em que apresentei esta questão, comecei por perguntar aos presentes, entre 20 a 30 pessoas, quem achava que D. Sebastião não tinha morrido na batalha. Tratando-se de um auditório conhecedor, ninguém levantou o braço. Tinha preparado, no entanto, uma pergunta de controlo: quem achava que o cadáver do rei tinha sido encontrado depois da batalha? Apenas uma pessoa levantou o braço, e era alguém a quem eu tinha previamente falado em detalhe sobre a questão — ou seja, alguém que, se não tivesse falado comigo antes, teria provavelmente respondido como os restantes.

Segundo Michel de Certeau, a escrita da história serve para enterrar o passado. Ela é um túmulo discursivo que serve para honrar os mortos e para, ao mesmo tempo, enterrá-los, deixando espaço para os vivos. A escrita da história cria um passado e assim liberta o presente relativamente a ele⁵. Foi isso que não aconteceu no caso de D. Sebastião.

Este livro parte desta hipótese simples: o responsável pela não tumulização simbólica de D. Sebastião, que se manifesta na não inscrição da morte do rei durante a batalha na memória de muitos portugueses e em parte significativa do discurso historiográfico, é essa vastíssima construção de rumor, lenda e memória identitária a que chamamos sebastianismo, nascido ainda no século XVI como forma de resistência à morte do rei e profundamente renovado, segundo moldes nacionalistas modernos, entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. A hipótese é que tais elementos tenham invadido o espaço da «memória coletiva», ou melhor, da memória que foi sendo feita em termos públicos, em ensaios, romances, poesia, pintura e imagens, anedotas, frases feitas, por escritores, pensadores, jornalistas, políticos e outros intervenientes no discurso público. Essa memória sebastianista da época contemporânea ter-se-á sobreposto, na maior parte dos casos, à verificação crítica das fontes que nos transmitiram

testemunhos coevos sobre a batalha, mesmo que todas essas fontes tenham sido citadas e reproduzidas também no nosso tempo. Assim, os testemunhos que certificam a morte do rei estão aí à nossa disposição, em relatos, em cartas, em crônicas, em livros impressos, em arquivos, de há 400 anos para cá. No entanto, eles são pouco conhecidos, em todo o caso menos conhecidos do que os ecos dos rumores que abriram a porta à sobrevivência do rei e, logo, à hipótese de um retorno. Não já de um retorno a realizar-se, mas de um retorno que poderia ter acontecido.

Diria mesmo que a própria maneira corrente de designar a batalha na língua portuguesa, pelo topónimo aportuguesado da cidade mais próxima do lugar do combate, Alcácer Quibir, de preferência ao nome que é mais comum noutras línguas europeias — «batalha dos Três Reis» —, pode ser vista como um indício desta hesitação portuguesa em aceitar a morte do rei na batalha. De facto, se o nome «batalha dos Três Reis» se tornou comum na Europa foi pelo facto, digno de memória porque considerado sem precedente histórico, de três reis terem morrido na batalha: os dois príncipes marroquinos da dinastia saadiana em conflito, 'Abd al-Malik e Mohammed al-Mutawakkil, e, aliado a este último, o rei português. Referir-se à batalha como sendo «dos Três Reis» é, implicitamente, reconhecer a morte de D. Sebastião nela.

Para usar uma fórmula em língua inglesa citada por Lucette Valensi a propósito da notícia da morte do rei, no início do seu importante livro *Fábulas da Memória: A gloriosa batalha dos Três Reis* — livro que trata precisamente da forma como se construiu, em fontes europeias e norte-africanas, a memória da batalha de 4 de agosto de 1578 — *information is not knowledge*, informação não é sinónimo de conhecimento⁶. Uma interpretação dos eventos num determinado sentido não depende simplesmente de se ter à disposição os textos, mas da forma como estes são lidos — ou ignorados, ou lidos e ainda assim ignorados.

SINTOMA: UMA HESITAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Verifica-se, como sugeri acima, a interiorização de um impensado sebastianista numa historiografia portuguesa de referência. Isso traduz-se em hesitações em afirmar a morte de D. Sebastião na

batalha e em avaliar o reconhecimento formal do seu cadáver por testemunhas portuguesas, feito no dia 5 de agosto. O que tem como consequência a criação de um mistério sobre o destino do rei. Indico aqui dois ou três exemplos relativamente recentes. Um primeiro, vindo de um historiador de créditos mais do que firmados e insuspeito de simpatia por teses sebastianistas: na sua síntese sobre a época moderna da *História de Portugal* coordenada por Rui Ramos (2009), Nuno Gonçalo Monteiro refere-se à morte do rei em termos de incerteza, usando para isso o futuro composto: «o rei *terá falecido* no campo de batalha» (p. 265, itálico meu). No parágrafo seguinte, Monteiro refere o resgate em Ceuta, em dezembro de 1578, do «suposto cadáver» do monarca. Encontramos o mesmo adjetivo, «suposto», para descrever o cadáver do rei numa outra obra geral, a *Nova História de Portugal* da editorial Presença, coordenada por Joel Serrão e Oliveira Marques, no volume a cargo de João José Alves Dias, Isabel Mendes e Paulo Drumond Braga (1998, p. 753). Também Douglas Wheeler, na entrada sobre o rei português do seu *Historical Dictionary of Portugal*, escreve: «O próprio rei perdeu-se. Embora tenha sido certamente morto, o seu corpo nunca foi encontrado.»⁷

Mas o exemplo mais rico em detalhes e mais significativo que encontrei acaba por ser o de Maria Augusta Lima Cruz, autora do volume sobre D. Sebastião (2006) da grande coleção de biografias de reis portugueses coordenada por Roberto Carneiro. A autora descreve a batalha e o seu desfecho. Fazendo uma reconstituição extensa dos diferentes testemunhos e nunca negando formalmente a morte e a identificação do corpo do rei, Lima Cruz semeia o seu texto de detalhes que sugerem incerteza sobre as circunstâncias da morte e sobre o reconhecimento do cadáver: «No dia seguinte, *em circunstâncias mal conhecidas*, um corpo, *identificado como sendo o de D. Sebastião...*» (p. 283, itálico meu) foi encontrado e trazido à presença do vencedor. Nesta situação de identificação do corpo, se bem que «confirmada por um grupo de cativos constituído por gente de qualidade», a autora refere várias informações que, reunidas, deixam no leitor margem para dúvidas sobre essa identificação: a nudez completa do cadáver (isto é, sem as insígnias régias que permitiriam reconhecê-lo), a sua face «bastante desfigurada», o facto de o primeiro identificador do corpo no campo de batalha, o moço da câmara Sebastião de Resende, ter

ganho a sua liberdade em recompensa dessa identificação, e ainda o facto de o reconhecimento pelos fidalgos portugueses ter sido feito ao fim do dia e à luz das tochas. O penúltimo parágrafo do capítulo reitera implicitamente a incerteza sobre a identidade do cadáver, ao mesmo tempo que desenha uma última figura idealizada do combatente: «Assim, perdido entre milhares de mortos ou encerrado numa tosca caixa de madeira, o guerreiro repousava, finalmente.» (p. 284) Sem pôr em causa a morte do rei, a autora permite, como em falso relevo, uma leitura inconclusiva sobre a questão. Exemplo disso mesmo é, logo em seguida, o epílogo da obra, a qual, em plena tradição sebastianista, culmina com a citação do epitáfio latino do túmulo dos Jerónimos, com a sua famosa cláusula hipotética «si vera est fama». Já nos iremos deter perante este epitáfio. Para já, sublinhemos apenas que rodear as circunstâncias do reconhecimento dos restos mortais do rei de incerteza, com argumentos como o do corpo desfigurado, a ausência de luz suficiente, o criado pago com a liberdade pelo reconhecimento, foi, precisamente, a estratégia de negação que utilizaram os primeiros escritos propriamente sebastianistas que apareceram no final do século XVI, da autoria de João de Castro ou de frei José Teixeira. Foi claramente ao reportório por eles criado que a autora foi beber as circunstâncias que, na leitura, e em pontilhado, deixam dúvidas sobre a validade do testemunho.

Existem, é claro, textos historiográficos recentes em que a hesitação sobre a morte do rei na batalha não transparece. Mas é a regularidade com que deparamos com aquela hesitação que é reveladora e interpela. Assim como o facto de quase nenhum dos textos que consultei dar a importância devida a algo que me parece fundamental: o carácter formal do reconhecimento pelos mais importantes fidalgos cativos e por um alto magistrado, que oficializa esse reconhecimento por intermédio do escrito.

Tal como parece revelá-lo a pergunta de controlo que fiz no seminário, é para a existência ou não de um corpo morto do rei que converge a permanência de um impensado sebastianista. Porquê? Porque, como também referiu Lucette Valensi, é a existência de um corpo morto, identificado pelos sobreviventes, que permite fazer o trabalho de luto, aceitar a morte como perda irreparável. A inexistência de corpo ou a hesitação sobre o seu reconhecimento abrem a porta à possibilidade de sobrevivência. São

os ecos inconscientes dessa possibilidade — e não a exploração da hipótese de uma efetiva sobrevivência do rei à batalha — que reaparecem na forma de contar dos autores que citei. Ao dizer isto, continuo a referir-me a uma historiografia de méritos reconhecidos. Não me refiro ainda aos vários livros e estudos mais ou menos recentes que — mesmo recusando esse rótulo — são explicitamente sebastianistas, isto é, transmitem a crença, partilhada com os referidos pais fundadores do sebastianismo, de que o rei sobreviveu à batalha e reapareceu em Veneza ou noutros lugares no final do século XVI.

Que a questão é significativa, e transversal à sucessão de regimes políticos e a diferenças ideológicas entre historiadores, demonstra-o o aparecimento recorrente de estudos, ao longo do século XX, antes e depois do 25 de Abril de 1974, que, de uma maneira ou outra, pretenderam afirmar de uma vez por todas a morte do rei D. Sebastião em Marrocos e identificar as suas ossadas no mosteiro dos Jerónimos como verdadeiras. Como amostra, eis uma pequena lista desses textos — certamente incompleta —, de índole e dimensão variada, desde o artigo de jornal ao opúsculo, e isto considerando apenas os que foram surgindo no último meio século:

- 1971 J.T. Montalvão Machado, *O Rei D. Sebastião na Igreja dos Jerónimos*
- 1972 J.H. Gago de Medeiros, *O Encoberto nos Jerónimos*
- 1983 artigo no diário lisboeta *A Tarde*, de 24 de junho, com chamada de primeira página: «Sebastianismo acabou!» e entrevista ao autor da «profecia», Artur M. de Carvalho
- 1990 artigo no jornal marroquino *Le Matin du Sahara* (mês de agosto), citado por L. Valensi⁸
- 2005 Nuno Valdez dos Santos, «A morte d'El Rei D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir», em M. Mendonça (ed.), *O Sebastianismo: Política, doutrina e mito*
- 2007 Emilio Rivas Calvo e Carlos d'Abreu, «Alcazarquivir. El enigma (o el rescate del cuerpo d'el rey don Sebastián)», *Praça Velha: Revista cultural da cidade da Guarda*
- 2017 António Brehm, «Auto de entrega do corpo de D. Sebastião», *Letras com Vida*, revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

A maioria dos artigos ou opúsculos aqui citados baseiam-se na «descoberta» de fontes previamente conhecidas e publicadas, não de documentos inéditos. Uma das mais citadas dessas fontes é o acima referido documento, assinado por fidalgos portugueses, que certifica a entrega do corpo do monarca português em Ceuta, a 10 de dezembro de 1578, testemunho existente no arquivo de Simancas e impresso, entre outros, em 1862, no volume 40 da *Colección de Documentos Inéditos para la Historia de España*⁹.

O segundo estudo desta lista, resultante de uma conferência feita perante responsáveis políticos do marcelismo pelo 3.º visconde do Botelho — engenheiro, polígrafo, ligado à oligarquia do regime —, teve um prefaciador ilustre, o cardeal Cerejeira, que escreveu, baseando-se nas conclusões do autor: «Não há dúvida, os restos mortais do Rei D. Sebastião repousam no mosteiro dos Jerónimos.» Mas, apesar das certezas do cardeal, a «dúvida» permaneceu: passadas mais de três décadas, um militar, o coronel Valdez dos Santos, vinha ainda apresentar uma comunicação num colóquio sobre sebastianismo, destinada a provar, contra um erro que teria durado mais de 400 anos, que o rei morreu no campo de batalha. Curiosamente, em mais uma demonstração cabal de que informação não é sinónimo de transmissão de conhecimento, nas páginas do mesmo volume, Maria Leonor Machado de Sousa, organizadora do colóquio, publicou um artigo intitulado: «Seriam falsos todos os falsos D. Sebastião?» A resposta está retoricamente contida na pergunta: a autora apresenta aquilo que, no seu entender, seriam indícios apontando para que o falso D. Sebastião que se manifestou em Veneza em 1598 fosse o verdadeiro rei português, ainda «encoberto» no início do século XXI, ainda à espera de ser revelado.

A convivência, no mesmo colóquio e no mesmo livro, de afirmações sebastianistas e antissebastianistas e, em geral, a necessidade cíclica de se reafirmar a morte de D. Sebastião, demonstram como esta última tarefa está por realizar. Estamos perante uma memória não cumulativa, que exigiu a cada geração que se confrontasse com a demonstração de uma morte — ou que não se confrontasse com ela, permitindo a erupção regular de «lapsos» sebastianistas. A proclamação enfática do fim do sebastianismo no jornal *A Tarde*, que em 1983 nos dá a «notícia» da morte do rei, é o exemplo mais caricato deste processo.

É, pois, bastante possível que a construção mítica sebastianista se tenha tornado ao longo do tempo mais sólida do que as tentativas para a desmistificar. Perante a força do mito, talvez cada discurso produzido sobre ele, mesmo quando a intenção seja desconstruí-lo, se torne mais uma pedra do edifício mitológico. Não se trata de uma «estratégia montada» no sentido de sonegar a informação contida nos documentos que certificam a morte do rei na batalha, como sugeria um dos autores que, em 2007, trouxeram pela enésima vez a público tal documentação¹⁰. Trata-se, isso sim, de uma notável vitória do sebastianismo ao nível da construção da memória. Na longa duração, esta crença, relativamente marginal no seu início, e por razões complexas de que este meu estudo só parcialmente pode dar conta, acabou por tornar-se um dos temas principais do nacionalismo histórico português, capaz de resistir a várias, e eruditas, tentativas de refutação. No fim de contas, esbarramos ainda com a crença, a narrativa e o *corpus* profético reunido pelos primeiros sebastianistas. Eficácia notável de uma construção multissecular, que foi ganhando força de forma não linear, sem um plano prévio.

Este poder póstumo da memória sebastianista convida a um princípio de modéstia. Apesar de estar plenamente convencido de que é possível provar a morte do rei na batalha com recurso à documentação da época, não tenho a pretensão de vir aqui decretar o fim do sebastianismo, pois arrisco-me a ser mais um na lista um pouco inglória dos autores que em vão o tentaram.

O «ESCUDO IMPENETRÁVEL DOS SEBASTIANISTAS»

Um dos autores que demonstraram a morte de D. Sebastião em Alcácer Quibir foi o filólogo Pedro José de Figueiredo. Fê-lo de forma erudita e extensa num livrinho publicado em 1808, num momento de ressurgimento de mobilizações messiânicas no contexto das guerras peninsulares. Foi ele quem se referiu ao mausoléu de D. Sebastião nos Jerónimos como o «escudo impenetrável dos sebastianistas»¹¹. E, com efeito, trata-se de um túmulo bem paradoxal: prova aparentemente tangível da morte do rei, ele é discursivamente esvaziado do seu conteúdo pelo epitáfio latino que ostenta.

CONDITUR HOC TUMULO,	Este túmulo encerra — se é
SI VERA EST FAMA, SEBASTUS	verdadeira a fama — Sebastião
QUEM TULIT IN LYBICIS	Que uma morte precoce levou
MORS PROPERATA PLAGIS	nos areais de África
NEC DICAS FALLI REGEM	Não digas que se engana quem
QUI VIVERE CREDIT	acredita que o rei vive
PRO LEGE EXTINCTO MORS	Extinto pela lei, foi-lhe a
QUASI VITA FUIT	morte quase uma vida

A morte do rei na batalha não é aqui posta em causa. Mas, numa inversão notável, o epitáfio transforma em rumor («se é verdadeira a fama») o que foi oficialmente certificado nas sucessivas inumações do rei, gravando tal inversão na pedra. Tal inversão tem como consequência uma outra: a do ónus da prova. É a versão até então aceite sobre o cadáver do rei que passa a carecer de confirmação. O túmulo torna-se assim prova inviolável, tangível, monumental, não da identidade régia do cadáver, mas da dúvida sobre essa identidade. Torna-se túmulo-esfinge, túmulo não de rei morto, mas de rei Encoberto. Quanto à crença sebastianista, ela é, no mesmo passo, reabilitada («e não digas que se engana quem acredita que o rei vive»). Passa a poder ser entendida em sentido transfigurado, permitindo uma visão, no fim de contas, bem ortodoxa da morte do cavaleiro cristão: a crença na sobrevivência do rei é assimilada à crença na vida eterna que este terá alcançado ao combater o infiel. A ambiguidade poética do epitáfio trabalha para permitir esta dupla leitura, sebastianista e cristã ao mesmo tempo.

Habitualmente atribuído a Fernando de Meneses, segundo conde de Ericeira, que terá ido buscar às *Geórgicas* de Virgílio a cláusula «si vera est fama», o epitáfio resulta da parcial reabilitação do sebastianismo feita sob os Braganças após 1640¹². Em 1682, no reinado de Pedro II, e sob a direção do seu capelão-mor, o arcebispo Luís de Sousa, os restos mortais de D. Sebastião passaram do seu ataúde original em madeira, que se ia degradando, para um majestoso mausoléu em pedra, erguido na capela sul (lado da epístola) do transepto. O mesmo foi feito para o túmulo de D. Henrique, localizado na capela norte (lado do evangelho). Os novos mausoléus seguiam o programa arquitetónico dos túmulos monumentais dos reis e rainhas do século XVI, em forma piramidal e

assentes em elefantes de mármore, que tinham sido feitos em 1572, a expensas da rainha Catarina de Áustria, avó de D. Sebastião¹³. Em 1682, cem anos após a primeira inumação nos Jerónimos, dava-se forma monumental à tumulização dos Avis empreendida por D. Filipe I (II) quando, em 20 de dezembro de 1582, mandara colocar em Belém os restos mortais de D. Sebastião, de D. Henrique e de vários outros representantes da dinastia finda. Mas o epitáfio do túmulo de D. Sebastião alterava profundamente o sentido político da trasladação filipina — que era também o de inculcar na memória a morte do rei, desmentindo os rumores em circulação sobre a sua sobrevivência.

A história posterior da igreja dos Jerónimos como panteão que passou a albergar não só os reis portugueses do século XVI mas as figuras mais importantes do nacionalismo português do final do século XIX (Camões e Vasco da Gama, em 1880) e do XX (Fernando Pessoa, em 1985) contribuiu também para que o túmulo de D. Sebastião se tornasse um impenetrável escudo. O túmulo de mármore, na sua solidez, parece pesar menos do que a neblina do «Encoberto», adensada pela aura do seu vizinho Fernando Pessoa, que deveu, entre outras, a obras sebastianistas como *Mensagem* o direito a entrar no panteão dos Jerónimos. Protegido pelos versos latinos do conde da Ericeira ou, para quem não fosse capaz de os decifrar, pelos guardas ou guias do mosteiro, o túmulo manteve até hoje a sua eficácia. Segundo Montalvão Machado, que escrevia em 1971, os guardas diziam aos visitantes: «Ali, dizem que estão os ossos de D. Sebastião, mas, ao certo, nada se sabe, porque aquele rei morreu e ficou perdido na batalha de Alcácer Quibir.» É provável que o mesmo continue a ser dito hoje, e é o que se pode ler em certos guias turísticos de Lisboa, como neste, italiano: «O túmulo de Dom Sebastião está vazio até hoje. O jovem rei nunca voltou da batalha de 1578.»¹⁴ De resto, as anedotas sobre as ossadas perdidas do rei ganharam o poder de atravessar fronteiras. Na sua conferência publicada em 1972, Gago de Medeiros relata como a guia do mosteiro das Descalzas Reales de Madrid lhe disse, ao mostrar-lhe o túmulo da mãe de D. Sebastião, Joana de Áustria, que o nicho lateral do mausoléu tinha sido deixado vazio para lá se colocarem as ossadas de D. Sebastião, quando fossem encontradas. O mausoléu de D. Joana foi construído em 1574, quatro anos antes da morte do rei português...

MORTE
E FICÇÃO
DO REI DOM
SEBASTIÃO

foi composto em caracteres Hoefler Text
e impresso na Guide, Artes Gráficas,
sobre papel Coral Book de 80 gramas,
no mês de agosto de 2021.